



DESPACHO

Contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo e nomeação do júri do período experimental

Em cumprimento do disposto na alínea b), do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014 (LTFP), de 20 de junho, na sua atual redação, torna-se público que na sequência do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público a termo certo para ocupação de um posto de trabalho na carreira de técnico superior, área de engenharia civil, aberto por aviso n.º 15162/2020, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 417, de 30 de setembro, bem como na Bolsa de Emprego Público com o código OE202010/0027, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas a termo certo, para a carreira/categoria de técnico superior, na área de engenharia civil, com o seguinte trabalhador:

Mário João Lopes Moutinho Neto, posição 2.ª, nível 15, da tabela remuneratória única, correspondente a 1 205,08 €, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2021;

Nos termos do disposto no artigo 49.º da Lei n.º 35/014, de 20 de junho, na sua atual redação, o trabalhador fica sujeito a um período experimental de 30 dias.

Para efeitos do n.º 1 do artigo 46.º do citado preceito legal, o júri do período experimental terá a seguinte composição:

Presidente – Maria de Lurdes Ferreira Caiado, Chefe de Divisão Técnica de Obras e Urbanismo;

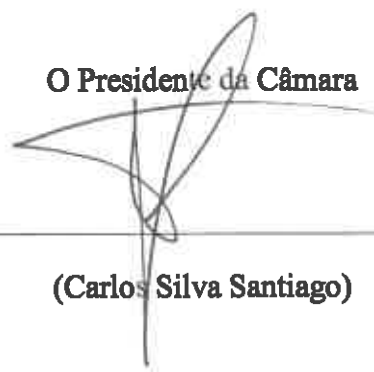
Vogais efetivos – 1.º Hugo Manuel Magnório Salgado, Técnico Superior e 2.º Jorge Manuel da Conceição Pereira Caetano, Técnico Superior.

Vogais Suplentes – 1.º Ana Cristina Sobral Lopes, Técnica Superior e 2.º Sandra da Conceição Rodrigues Caria, Técnica Superior.

O 1.º vogal efetivo substituirá a presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

Sernancelhe, 02 de fevereiro de 2021

O Presidente da Câmara

A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long vertical stroke at the bottom, positioned over a horizontal line.

(Carlos Silva Santiago)